

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº: **0200328-24.2022.8.06.0036**
Classe: **Procedimento Comum Cível**
Assunto: **Obrigação de Fazer / Não Fazer e Fornecimento de medicamentos**
Requerente: **Emanuel Vasconcelos Xavier**
Requerido: **Estado do Ceará**

Trata-se de **AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER**, contra o estado do Ceará.

Defiro a gratuidade da Justiça.

Muito embora a falta de requerimento administrativo não impeça-se a propositura da ação no âmbito judicial em virtude da inafastabilidade do controle jurisdicional previsto no art. 5, XXXV da CF/88, **NÃO** há um direito absoluto a todo e qualquer procedimento necessário para a proteção, promoção e recuperação da saúde, independentemente da existência de uma política pública que o concretize.

Há um direito público subjetivo a políticas públicas que promovam, protejam e recuperem a saúde. [...]o julgador precisa assegurar-se de que o **Sistema de Saúde possui condições de arcar não só com as despesas da parte, mas também com as despesas de todos os outros cidadãos que se encontrem em situação idêntica.**

Assim, enquanto o Estado tem que dispor de um valor determinado para arcar com o aparato capaz de garantir a liberdade dos cidadãos universalmente, no caso de um direito social como a saúde, por outro lado, deve dispor de valores variáveis em função das necessidades individuais de cada cidadão.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

Gastar mais recursos com uns do que com outros envolve, portanto, a adoção de critérios distributivos para esses recursos.

Assim, em razão da inexistência de suportes financeiros suficientes para a satisfação de todas as necessidades sociais, enfatiza-se que a formulação das políticas sociais e econômicas voltadas à implementação dos direitos sociais implicaria, invariavelmente, **escolhas alocativas**.

Tais escolhas seguiriam critérios de justiça distributiva (o quanto disponibilizar e a quem atender), configurando-se como típicas opções políticas, as quais pressupõem “**escolhas trágicas**” pautadas por critérios de macro – justiça. (...)

O que justifica a exigência de prévio requerimento ao ente público, para que este possa auferir dentro da sua realidade, a possibilidade ou não concessão do medicamento ou tratamento pleiteado.

*Indefiro a liminar pleiteada neste primeiro momento, tendo em vista que **Obrigar a rede pública a financiar toda e qualquer ação e prestação de saúde existente geraria grave lesão à ordem administrativa e levaria ao comprometimento do SUS**, de modo a prejudicar ainda mais o atendimento médico da parcela da população mais necessitada.*

Cite-se o requerido e aguarde-se o prazo de contestação de trinta dias;

INTIMAR o autor, na pessoa de seu advogado, desta decisão;

Se o(a) promovido(a) apresentar contestação, INTIMAR o(a) autor(a) para **RÉPLICA**, no prazo de quinze dias;

Se o(a) promovido(a) não apresentar contestação, **FAZER NOVA CONCLUSÃO**.

Aracoiaba/CE, 25 de julho de 2022.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

Cynthia Pereira Petri Feitosa

Juíza de Direito